

A ENTREVISTA RADIOFÔNICA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Luciano Klöckner*

Resumo: A idéia central do estudo é descrever a técnica da entrevista radiofônica, sob a ótica do discurso do entrevistador de rádio, e os seus efeitos a partir da Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1995; SILVEIRA e FELTES, 2002). A aplicação do referencial teórico ocorreu em uma entrevista radiofônica, surgindo, de forma gradativa, os elementos constitutivos da teoria, baseada no modelo de comunicação ostensivo-inferencial.

Palavras-chave: teoria da relevância; discurso radiofônico; entrevista.

1 APRESENTAÇÃO

O discurso do entrevistador de rádio e os seus efeitos é o foco deste trabalho, em que analisa-se a técnica da entrevista radiofônica e aplicam-se os pressupostos da Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1986, 1995) para explicar o êxito na comunicação através relevância ótima: a obtenção dos maiores efeitos contextuais com o menor esforço de processamento. A partir disso, o discurso do entrevistador e do entrevistado serão contextualizados, procurando desvendar de que forma as perguntas, as respostas, as réplicas e as tréplicas são estruturadas mentalmente e como ocorre o processamento dialógico (ou a falta dele) entre entrevistador e entrevistado.

O embasamento teórico contará ainda, especialmente no que se refere à comunicação jornalística, com o trabalho de Fausto Neto (1994), na questão do sentenciamento; Maingueneau (1987), quanto ao metadiscorso (discurso indireto, negação, ironia); e Van Dijk (1992), em relação à estrutura da relevância.

* Jornalista. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e da ESPM. Doutor em Comunicação Social.

O princípio de relevância de Sperber e Wilson, baseado num modelo de comunicação ostensivo-inferencial, refere que “todo o ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 158). Em outras palavras, conforme explicam os autores, à comunicação humana são atribuídas duas propriedades: ser ostensiva, da parte do comunicador, e inferencial, da parte do ouvinte. E, quanto mais efeitos contextuais e menos esforço de processamento, maior é a relevância. Por outro lado, quanto menos efeitos contextuais e mais esforço de processamento, menor é a relevância. No entanto, ressalta-se que um maior esforço de processamento, compensado por mais efeitos contextuais, aumenta a relevância.

Os efeitos contextuais resultam na alteração das crenças dos indivíduos. A partir de suposições já existentes (ou dadas), combinadas com uma nova suposição, derivam-se: as implicações contextuais, que consistem em uma nova informação; o fortalecimento, em que a derivação apenas fortalece ou dá mais certeza a uma suposição já existente; e a contradição, quando, entre duas suposições contraditórias, a que tiver menos evidências é eliminada.

Para Silveira (2002), o comportamento ostensivo do falante evidencia as bases do processo interpretativo direcionado pelo princípio da relevância e pelo seu critério de consistência, que justificam tanto a seleção de uma única interpretação quanto as falhas e vaguidades da comunicação.

O estímulo ostensivo, usado para tornar uma intenção informativa mutuamente manifesta, deve atrair a atenção da audiência e estar focalizado nas intenções do comunicador, além de revelá-las, ou seja, vir com garantia de Relevância: o comunicador sugere que o estímulo é relevante o suficiente para ser processado. (SILVEIRA, 2002, p. 380)

Sperber e Wilson consideram que a comunicação verbal propriamente dita começa quando um enunciado é manifestamente escolhido pelo falante por suas propriedades semânticas e quando se reconhece que o falante está dizendo alguma coisa a alguém. Assim, num processo interpretativo verbal, o enunciado é uma evidência direta – uma ostensão – da intenção informativa do falante, que se eleva a comunicativa. O estímulo ostensivo, ao tornar manifesta a intenção informativa do comunicador, provoca expectativas definidas de relevância no ouvinte, evidenciando a importância deste no processo

comunicacional, pois os falantes são restringidos por suas expectativas. Um ato de ostensão é, assim, um requisito para atrair a atenção, que, por sua vez, é um requisito para desencadear as inferências pretendidas. A articulação entre intenção/estímulo ostensivo e atenção/inferência é o ponto de partida da teoria da relevância.

A comunicação ostensiva, como enfatiza Silveira (2002, p. 381), se distingue de outras formas de transmissão de informação porque o ouvinte tem ajuda especial para reconhecer a intenção informativa do falante, mutuamente manifesta em um estímulo deliberado, que deve ser rico em efeitos contextuais, e econômico no seu processamento, para ser otimamente relevante. Nesse sentido, um ato de comunicação ostensiva automaticamente comunica a presunção de que é relevante. Disso resulta o princípio da relevância, que trabalha com a possibilidade de presunção de sua própria relevância ótima, que pode ou não ser confirmada ao longo dos diálogos do dia-a-dia, ou em tentativas de comunicação mais imbricadas.

A tese de Sperber e Wilson de que os indivíduos buscam, de forma consciente ou não, processar a informação do modo mais eficiente possível, já que isso constitui um fator crucial da interação humana, não explica, contudo, alguns procedimentos do cotidiano. Trata-se de lacunas que ocorreriam quando os participantes do processo (falante e ouvinte) não manifestam intenção explícita de realizar a comunicação – embora vivenciem uma situação de diálogo – que, contudo, permanece intencionalmente incompleta, fato que poderá ser verificado ao longo da entrevista radiofônica a ser analisada.

Na aplicação do modelo proposto, foi utilizada uma entrevista do comunicador Lasier Martins, realizada em 28 de setembro de 1995¹, no Programa Gaúcha Repórter, da Rádio Gaúcha AM de Porto Alegre/RS. Além de ser o apresentador titular do programa, o jornalista é comentarista do Jornal do Almoço da RBS TV, líder de audiência no horário do meio-dia em todo o Rio Grande do Sul. Nos últimos anos, Lasier Martins é considerado, no meio jornalístico gaúcho,

¹ Independente do ano de sua realização, a entrevista é um exemplo clássico a ser explicado pela aplicação da teoria da relevância no campo radiofônico, na medida em que os elementos da tese de Sperber e Wilson podem ser identificados de forma manifesta. Na entrevista, houve a observação participante sem a intervenção do autor do texto, o que permitiu o acompanhamento do fenômeno no momento de sua ocorrência.

um dos apresentadores de maior credibilidade na TV e no rádio do Estado. Também por isso, as matérias realizadas por ele são polêmicas e invariavelmente repercutem em outros veículos da mídia. A referida entrevista é composta por 66 possibilidades de comunicação, o que a torna rica para ser analisada pela teoria da relevância, observando-se o pressuposto de que há informação quando o falante altera o ambiente cognitivo do ouvinte e há comunicação quando a informação altera o ambiente cognitivo do ouvinte e do falante.

2 O PROCESSO COMUNICATIVO ENTREVISTADO-ENTREVISTADOR

Nessa seção, apresentaremos o posicionamento teórico do ponto de vista de autores que, particularmente, centram seu estudo na comunicação radiofônica. Os manuais de rádio destacam o papel das fontes nas entrevistas. Em nome delas as pautas são realizadas, visando a apresentar e esclarecer para os ouvintes os diversos aspectos do assunto tratado. Assim, o foco da entrevista recai *sobre* quem será entrevistado, como ressalta Walter Sampaio:

Na medida em que o repórter ou entrevistador é um mero intermediário entre o público receptor e o fato, o entrevistado representa o fato. [...] o primeiro plano é ele, o entrevistado. Nesse sentido, as intervenções do repórter, o entrevistador, se não forem as de mero intermediário, se não buscam unicamente o maior esclarecimento do fato que está sendo examinado, constituem invasão do primeiro plano. (SAMPAIO, 1971, p. 68)

Porém, os estudos desenvolvidos na área da comunicação nem sempre identificam o que Sampaio (1971) recomenda, tornando-se comum alguns comunicadores se utilizarem não só do que Barthes (1977) denominou de o “poder da última palavra”², mas também o poder de todas as palavras, da enunciação completa. O âncora (comunicador, entrevistador) se situa não só como porta-voz, mas como o condutor principal do processo comunicativo.

De que forma esse processo se estrutura? Por que ele assim permanece, praticamente intacto ao longo dos anos, na comunicação em geral, e em

² Roland Barthes, em Fragmentos de um Discurso Amoroso, explicita que, em situações dialógicas rotineira, há o esforço de falante e do ouvinte para a obtenção do direito à última palavra.

particular na radiofônica? Um dos motivos pode ser o adestramento geral realizado pela própria mídia, o que Van Dijk (1992) chama de “estrutura da relevância”³ da notícia

[...] que indica ao leitor qual informação é mais importante ou proeminente no texto. [...] Em outras palavras, assumimos que há uma relação sistemática entre texto noticioso e contexto. Assim, parece plausível que as formas estruturais e os sentidos globais de um texto de notícia não são arbitrários, mas o resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, e uma condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso, tanto por jornalistas como por leitores, de outro. (VAN DIJK, 1992, p. 123)

Outra explicação vem de Fausto Neto (1994), ao declarar que passa pelo comunicador o que é o real e a construção deste real:

[...] a verdade descrita e/ou apontada pelo jornalismo se constitui sempre numa construção obrigatoriamente invadida pelas marcas dos enunciadores, deixadas nos discursos. (p. 6-7)

Esta verdade somente é aceita se o narrador gozar de prestígio, ou como observa Silveira (2002, p. 357), do ponto de vista da teoria da relevância, que o grau da confiança das suposições depende da aceitação da palavra de alguém, isto é, da credibilidade do falante, e a força das suposições alcançadas por dedução também depende da força das premissas que as derivaram. Neste caso, o discurso do sujeito, enfatiza Fausto Neto⁴ passa a ser o insuflador, sentenciador de outros discursos, tendendo a modelizar, pois “os padrões estão na mídia e a mídia quer ter sempre a última palavra”.

A concordância da audiência de que o processo comunicativo é deflagrado em um único sentido culmina com a hierarquização deste mesmo processo: o emissor-locutor subverte a lógica da entrevista (de que o entrevistado deveria ficar em primeiro plano), cabendo a ele iniciar a enunciação, ditar as leis, enquanto o receptor-ouvinte-interlocutor é relegado

³ O termo “relevância” aqui não está sendo empregado no sentido teórico dado a ele por Sperber e Wilson (1995).

⁴ Seminário “Mass media e estratégias discursivas”, proferido por Fausto Neto, na FAMECOS/PUCRS, em Porto Alegre/RS, em maio 1995.

a plano secundário, recebe ordens e se manifesta tão somente quando é convidado a se pronunciar, incitado a falar.

O emissor não admite a concorrência pelo poder da palavra. Quem se atreve a disputar o espaço da primeira e da última palavra é repellido imediatamente, posto em plano subalterno. Uma das formas usadas pelo emissor para que o discurso sempre o favoreça é o metadiscurso. Nele, há uma heterogeneidade enunciativa, possibilitando ao locutor construir níveis distintos no interior do próprio discurso. Como refere Maingueneau (1987),

[...] em um enunciado, nem tudo é produzido sobre a mesma frequência de onda: o dito é constantemente atravessável por um **metadiscurso** mais ou menos visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência. Esta possibilidade de associar, a todo instante, na sequência do discurso, os enunciados e seus comentários remete evidentemente à propriedade que as línguas naturais possuem de se descrever sem passar por um outro sistema semiótico. Do ponto de vista da análise do discurso, o metadiscurso do locutor apresenta um grande interesse, pois permite descobrir os pontos sensíveis no modo como uma formação discursiva define sua identidade em relação à língua e ao interdiscurso. (p. 93)

Ao se utilizar desta estratégia discursiva, o locutor entra no discurso indireto livre ou na ironia. O discurso indireto ocorre, conforme Maingueneau (1987), nos deslocamentos, nas discordâncias entre a voz do enunciador, que relata as alocações, e a do indivíduo, cujas alocações são relatadas. É estabelecido um jogo na fronteira entre o discurso citado e o discurso que cita. Artifício muito utilizado pelos comunicadores e mesmo nos diálogos em geral, a ironia se apresenta com nuances diferenciadas:

[...] a ironia subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor. Enquanto a negação pura e simplesmente rejeita um enunciado, utilizando um operador explícito, a ironia possui a propriedade de poder rejeitar, sem passar por um operador desta natureza [...] é da essência da ironia suscitar a ambigüidade e, com frequência, a interpretação não consegue resolvê-la [...] a ironia é um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica, desinteressada. A maior parte dos analistas prefere vê-la como um gesto agressivo, outros [...] consideram-na, sob este ponto de vista, como

um gesto neutro e até mesmo uma atitude defensiva destinada a desmontar certas sanções ligadas às normas da instituição da linguagem [...] O interesse estratégico da ironia reside no fato de que ela permite ao locutor escapar às normas de coerência que toda a argumentação impõe: o autor de uma enunciação irônica produz um enunciado que possui, a um só tempo, dois valores contraditórios, sem, no entanto, ser submetido às sanções que isto deveria acarretar. [...] a ironia desqualifica, ridiculariza [...] (MAINGUENEAU, 1987, p. 98-99)

Auxiliado por essas ‘subversões do discurso’, o comunicador exerce a citação de autoridade, “onde o ‘locutor’ se apaga diante de um ‘locutor’ superlativo que garante a validade da enunciação” (MAINGUENEAU, 1987, p. 100). Esta autoridade é reforçada pela maneira como o locutor fala. Afinal, como destaca a fonoaudióloga Mara Behlau, “a voz deseja e provoca reação no ouvinte”⁵. A voz de quem comanda, quem chefia, é grossa e autoritária. Mesmo quando pergunta, está afirmando.

Surgem, então, os porta-vozes. Eles representam os veículos e, ao mesmo tempo, têm ligações estreitas com a audiência. Os ouvintes firmam com os porta-vozes um “contrato de escuta”, variante dos “contratos de leitura”, entre autor e leitor.

[...] uma vez que a questão da verdade será sempre uma construção – espécie de ‘meia verdade’ – é que o campo da *medialogia*, através dos seus mais diferentes suportes, cria diferentes ‘gramáticas de produção’ como estratégia de produção e de referenciação de sua verdade. Tais gramáticas são os ‘contratos de leitura’, instruções e regras pelas quais o campo da produção oferece, sim, a verdade ao receptor, à condição que ele tome como roteiro as instruções e manobras que lhe são recomendadas. (FAUSTO NETO, 1994, p.10-11)

Ainda de acordo com o referido autor, os veículos de comunicação, representados por seus porta-vozes, têm uma especial forma de ver, de dizer a realidade:

É no engendramento deste ‘modo de dizer’ que os *media* respondem a dois desafios: o poder de dizer, enquanto um direito deles de intervir no discurso

⁵ Os Campeões de Audiência – A psicodinâmica da voz dos pulguntos, entrevista da fonoaudióloga Mara Behlau, Revista Imprensa, nº 85, outubro de 1995, p. 105.

público, e o poder de ver, enquanto processo de 'intromissão' na vida (privada) dos políticos e dos homens públicos. Tais operações transformam os *media* nos 'guardiões da política', que podem, de um lado, cenificar a outra cara da política, dando aos cidadãos os traços daquilo que estaria na invisibilidade. De outro lado, ao apontar as 'carências do poder (político)' se colocam na posição do bom dizer, intervindo na esfera do discurso público, transformando, conseqüentemente, o regime de visibilidade numa estratégia indireta de construção e produção do controle social. (FAUSTO NETO, 1994, p. 12-13)

Cercados por todo este aparato, os veículos – capitaneados na linha de frente pelos comunicadores – substituem a esfera pública pela privada, dando-se o direito de proferir sentenças, mesmo antes do julgamento nos tribunais.

Embora apresentem contribuição decisiva para a análise do discurso radiofônico, os elementos utilizados pelos autores citados não conseguem explicar a totalidade do processo de comunicação, sobretudo no que se refere às inferências ou hipóteses interpretativas construídas durante o ato comunicativo. Em vista disso, é importante aplicar a teoria da relevância à entrevista radiofônica, para mostrar os processos implícitos de compreensão dos seus enunciados. No caso específico de Van Dijk, há convergência com a tese de Sperber e Wilson quando a interpretação pragmática ocorrer em nível dos processos centrais. O que não acontece no modelo é a operacionalização da noção de estratégias mentais, prejudicando a proposta como um todo no nível da adequação empírica, conforme observam Silveira e Feltes (2002, p. 75). O modelo do referido autor não explica como, por exemplo, se dá o gerenciamento das informações: por que algumas são selecionadas e outras não? Também não responde qual é o critério para a ativação dos modelos situacionais.

É preciso haver uma resposta de caráter empírico em psicologia cognitiva para essa questão quando aplicada à interpretação pragmática. Também é preciso saber por quais princípios as suposições estocadas são recuperadas, ativadas e utilizadas na interpretação pragmática. Portanto, se a significação exige que se estabeleça uma relação entre os fatos e as proposições, então, deve haver algum princípio que explique por que algumas ligações são efetivadas e não outras.

A teoria da relevância caminha para desvelar algumas questões neste particular, entre elas, como os contextos são construídos e quais os critérios de

entrada das informações nesse contexto, porque não basta ter uma noção cognitiva do contexto: é necessário explicar como ele é formado, como as suposições, das quais derivará a interpretação, são escolhidas dentre um conjunto, por hipótese infinito, de suposições possíveis (SILVEIRA e FELTES, 2002, p. 80).

3 A ENTREVISTA

3.1 O contexto inicial

A entrevista selecionada para a análise foi realizada no dia 28 de setembro de 1995, no programa Gaúcha Repórter, da Rádio Gaúcha AM, de Porto Alegre/RS, como já mencionamos. Na oportunidade, o comunicador Lasier Martins, titular do horário, entrevistou o vereador Valdomiro Marques da Silva, do PPB, e ex-presidente da Câmara de Vereadores de Triunfo, município do interior do Rio Grande do Sul.

Triunfo passou a freqüentar o noticiário quando da instalação do III Pólo Petroquímico, nos anos 80. Depois disso, o fato que mais chamou a atenção foi o excesso de viagens de alguns vereadores e a retirada de elevadas diárias dos cofres públicos. Uma pequena nota publicada no jornal Zero Hora⁶, em 26 de setembro de 1995, denunciava o fato, acrescentando que, em muitos casos, sequer os vereadores chegaram efetivamente a participar dos seminários e de outros eventos ocorridos no Brasil e no Exterior, os quais justificavam as viagens. Em síntese, se instalara na Câmara de Vereadores de Triunfo a indústria das diárias, que complementava o salário recebido por alguns vereadores, com médias superiores aos colegas dos demais municípios gaúchos.

Valdomiro Marques da Silva, um dos vereadores envolvidos, conhecido pelo apelido de *Deusinbo*, realizou 28 viagens em cinco meses, com a devida retirada de diárias. Além dele, mais cinco vereadores⁷, todos do PPB, também se locupletaram de diárias de viagem, mas em menor número que *Deusinbo*.

As denúncias foram feitas por outro vereador, Auro Lima de Souza, do PMDB. Nelas, estão descritas as viagens: dez dias em um congresso no Chile, com diárias de R\$ 874,80, propiciando a cada vereador R\$ 8.740,80 – fato

⁶Diário do grupo RBS, a exemplo da Rádio Gaúcha e da RBS TV.

⁷Orélio Kuhn, Ismael Quadros, Everton Cantídio de Borba, Loreno Silva Reis e Paulo Renato Freitas.

que obrigou a Câmara a aprovar uma suplementação de verba de R\$ 40 mil. Sozinho, o vereador Valdomiro recebeu, em janeiro, em pleno recesso parlamentar, o total de R\$ 9.240,00. Esteve em Criciúma, fez três deslocamentos a Porto Alegre, viajou a Fortaleza, foi a Córdoba, na Argentina. Na contabilidade da Câmara de Vereadores de Triunfo, *Deusinho* realizou as 28 viagens em cinco meses, com um detalhe: algumas delas sequer ocorreram, embora as diárias tivessem sido retiradas.

Apesar da gravidade do fato, as repercussões das denúncias foram minimizadas pelo próprio presidente da Câmara de Vereadores, Osório Tomaselli, do mesmo partido do vereador Valdomiro. O assunto somente passou a ser tratado por diferentes veículos de comunicação e atingiu notoriedade nacional (notícia dada no Jornal Nacional em 30/9/1995), a partir da entrevista do comunicador Lasier Martins com Valdomiro Marques da Silva.

3.2 A construção do contexto a partir da entrevista

A seguir, é reproduzida a entrevista⁸ concedida pelo vereador ao jornalista Lasier Martins, no programa *Gaúcha Repórter* de 28 de setembro de 1995. Participaram também o advogado José Airton Elhers, procurador jurídico da Câmara de Vereadores de Triunfo, e o jornalista Rogério Mendelski, que apresentava, na época e na mesma emissora, o programa *Gaúcha Hoje*.

Para a análise da entrevista, além de alguns autores já referidos no item 2, serão utilizados basicamente os conceitos da teoria da relevância, de Sperber e Wilson, explicitados por Silveira e Feltes (2002). Ressaltamos que, nessa abordagem teórica, entende-se que comunicar é sobretudo chamar a atenção de alguém, sob a ótica cognitiva, e não apenas codificar e decodificar mensagens. A comunicação somente se processa se o ato comunicativo for relevante, considerando-se que a relevância é inerente à compreensão humana.

Segundo esses autores, o explícito é a explicação do que está codificado, enquanto o implícito é construído inferencialmente. O comunicador utiliza-se da ostensão para alcançar o objetivo de comunicar, enquanto ao ouvinte cabe inferir. Neste particular, os efeitos contextuais (implicações, contradições e força das suposições) são essenciais para o processo da compreensão. Quanto

⁸ Os grifos nas perguntas e nas respostas são do autor.

maior for o equilíbrio entre os efeitos contextuais e o esforço de processamento que leve a eles, maior a relevância.

A ostensão proporciona duas camadas de informações: a apontada ou indicada e a intencionalmente pretendida. Portanto, o reconhecimento da intenção por detrás da aparência ostentada é necessário para um processamento eficiente da informação. Assim, alguém que falhe no reconhecimento dessa intenção, pode falhar em obter a informação relevante.

Na maior parte das vezes, porém, parte da informação básica não será manifesta de forma alguma a menos que a intenção por detrás da ostensão seja levada em conta. Desta forma, toda a evidência exposta em um ato ostensivo apóia-se diretamente nas intenções do agente comunicador. Nesses casos, somente descobrindo as intenções do agente, a audiência pode descobrir também, indiretamente, a informação básica que ele tencionava manifestar. Em síntese, para Sperber e Wilson (1995), a comunicação inferencial e a ostensão fazem parte de um mesmo e único processo, mas visto de dois pontos de vista diferentes: o do comunicador que está envolvido com a ostensão, e aquele da audiência, que está envolvida com as inferências.

O processamento destas inferências, entretanto, não é feito com a mente das pessoas em branco (vazia). Elas têm algum tipo de armazenamento na memória de curto prazo ou na memória enciclopédica. Por sua vez, esta memória, no caso específico deste estudo, é ativada pelo acompanhamento diário do comunicador ou pela capacidade dele em recuperar fatos e imprimir no seu espaço a importância do tema apresentado.

Todos esses aspectos do processo de comunicação aparecem na entrevista realizada pelo apresentador Lasier Martins com o vereador Valdomiro Marques da Silva. No primeiro diálogo (1-2), a pergunta vem carregada de ostensão, de imposição, acompanhada do vocábulo *tanto*, que já estabelece uma espécie de sentenciamento, como afirma Fausto Neto (1994), ou de evidência, segundo Sperber e Wilson, na resposta. A pergunta já oferece o contexto da resposta.

(1) Lasier – Por que o senhor *viaja tanto* com verba da Câmara de Vereadores?

(2) Vereador – Lasier, eu viajei, *fiz uma porção de viagens* quando eu

A entrevista radiofônica:...

estava assumindo a presidência da Câmara. Participei de congressos, de seminários, sempre quando fui convidado.

O vereador, por sua vez, não responde diretamente a questão. Ele esquiva-se em enumerar os motivos que o levaram a participar de tantos eventos, mas confirma que viajou *uma porção de vezes*. Na seqüência (diálogo em 3-4), novamente o apresentador utiliza-se do advérbio *tanto* na pergunta, questionando numa direção, e o vereador responde noutra, preferindo enumerar as várias viagens que fez. Não se trata, entretanto, de um problema real de comunicação mal-sucedida e/ou incompleta, mas da intenção do entrevistado de novamente se esquivar da resposta, por interesse particular:

(3) Lasier – Quais foram essas épocas em que o senhor *vaijou tanto*?

(4) Vereador – Eu viajei, eu fui a Fortaleza, a Salvador, fui ao Paraguai, fui a Criciúma, numa comissão do carvão... E sempre que eu tenho a oportunidade, e que existe o evento, na forma da lei, eu tenho viajado.

Na continuação da entrevista, em (5-6), o apresentador mais uma vez pergunta algo (chega a se enganar na pergunta, formulando *por que tanto tempo* ao invés de *por que tantas viagens*) e recebe outra resposta sem nexos, aparentemente sem relevância, com um adendo: o vereador se defende por retirar diárias no período de recesso e se desculpa, dizendo que não é ele quem organiza as viagens. Repete-se praticamente a interpretação relativa ao diálogo anterior: existe a ostensão do comunicador, que desencadeia o processo inferencial no receptor, mas que, outra vez, evidencia o ato de esquivar-se do entrevistado, caracterizando a intenção de não responder o que lhe foi perguntado, o desejo de não estabelecer a comunicação, ou seja, de não tornar mutuamente manifesta uma informação.

(5) Lasier – Agora, dezembro de 94 e janeiro deste ano o senhor tirou *muitas diárias*, foram mais de 20. Por que *tanto tempo*?

(6) Vereador – Oh, Lasier. Primeiro foi levantado que eu faria diária em tempo de recesso, né? Eu só posso sair e só saio quando há congresso e seminário. Não é eu que organizo seminário, nem congresso. Por isso, das viagens em recesso.

Já os diálogos de (7) a (12) têm a inclusão de um novo personagem, o advogado José Airton Elhers, procurador jurídico da Câmara de Vereadores de Triunfo. Na pergunta feita em (7), pode ser notado o tom implícito de acusação e discordância em relação ao uso das diárias para as viagens. Ao responder, em (8), o advogado fica titubeante, nervoso, sem conseguir articular corretamente a frase:

(7) Lasier – Doutor José Airton, isto é normal, é justo que num país pobre como é o Brasil, um vereador de Triunfo vá ao Chile, levando 900 reais de diárias, quando há hotel nenhum no Chile que cobre sequer metade disso?

(8) José Airton – Lasier isso hoje, isso hoje, porque o câmbio mudou muito, tu sabes... hoje não...

Observa-se que, antes de concluir seu enunciado, ele é interrompido pelo apresentador, que formula outra questão em (9), respondida em (10):

(9) Lasier – O senhor como advogado, o senhor apóia esta diária, doutor José Airton Elhers?

(10) José Airton – Olha, dentro do decreto legislativo aprovado por unanimidade, inclusive o vereador denunciante aprovou também... Certo, tá...

Novamente, o advogado se confunde, não responde e envolve o vereador Auro Lima de Souza, do PMDB, que denunciou o excesso de viagens. A intervenção do comunicador vem rápida, em (11): ao perceber, pelos inputs visuais e lingüísticos do oponente, a sua confusão mental e o seu nervosismo, ele aproveita para dar uma opinião e fazer ironia, ridicularizando o(s) entrevistado(s). Quando está no meio do pensamento, pretendendo provavelmente dizer, ironicamente, ao povo gaúcho que devia transferir-se para a cidade de Triunfo, é bruscamente interrompido pelo advogado, que o acusa de “*perguntar e responder ao mesmo tempo*” (12):

(11) Lasier – *Ótimo, beleza, meu Deus do Céu...* Vamos nos mu... Alô povo do Rio Grande, transfiram-se para, para...

(12) José Airton – *Deixa eu concluir, porque tu pergunta e tu responde..*

Diante deste argumento, o advogado, firme, inverte o processo e passa a ser ostensivo: dá uma resposta que atinge, com base nas evidências, o comunicador, que, por sua vez, sem argumentos, alega em (13) que o advogado não fora convidado para a entrevista, tornando a presença dele no programa ilegítima. Quando o âncora pensa que recuperou a autoridade no processo de comunicação, o vereador retruca, alegando, em (14), que o procurador era convidado do próprio entrevistado, legitimando a presença dele no programa:

(13) Lasier – Em primeiro lugar, o senhor não foi convidado para vir aqui, o senhor não foi convidado para vir aqui.

(14) Vereador – Mas ele é meu convidado...

Mais uma vez percebe-se em (13) uma resposta aparentemente não-relevante, pelo menos de forma explícita, pois o comunicador ignora a crítica recebida e desvia o rumo da conversação. Entretanto, pode-se inferir do enunciado proferido por ele: se o senhor nem deveria estar aqui, já que não foi convidado, então muito menos deveria se manifestar.

Ao ouvir (14), o comunicador perde um pouco a calma, mostra certo nervosismo ao falar e finaliza com um enunciado duvidoso ou vago em (15):

(15) Lasier – Foi convidado para vir aqui o vereador Valdomiro Marques da Silva, que veio com o advogado a tiracolo. *Eu acho que não precisa, ele é um edil.*

A frase “que veio com o advogado a tiracolo” demonstra a atitude irônica do jornalista, ao afirmar que a presença do advogado seria desnecessária. Por outro lado, observa-se que ao dizer “ele é um edil”, implica contextualmente que *vereador não precisa de advogado*, o que poderia derivar, entre outras, interpretações diferentes como: *um vereador não precisa estar acompanhado de um advogado, pois sabe se defender sozinho*, ou então, *um vereador que age dentro da lei, não precisa de um advogado para defendê-lo*. De qualquer forma, o comunicador ignora o argumento dado em (14) e permite que se conclua que ele associa, negativamente, a presença do advogado à necessidade de defesa.

A partir de (16), o vereador procura assumir uma atitude carregada de ostensividade, abandonando a posição de ouvinte a que foi colocado desde o início da entrevista, não esperando mais pelas perguntas do apresentador. Observa-se, entretanto, em (16) que o vereador inferiu adequadamente o que foi dito por Lasier em (15), pois nega que esteja lá para se defender. Percebendo a estratégia discursiva do entrevistado, o apresentador volta a usar uma ironia ostensiva em (17), que significa *é tudo mentira*.

(16) Vereador – Não precisa; então o senhor dá licença, que eu vou fazer aqui um relato e eu não vim aqui me defender..

(17) Lasier – Até porque o senhor diz que é tudo verdade, né?

Na continuação da entrevista, em (18) o vereador reafirma que não fez nada errado, quando diz “até hoje não fui processado...” e o comunicador tenta retomar o controle da entrevista, proferindo, no enunciado em (19), que o vereador deveria ser cassado:

(18) Vereador – ... quase tudo, quase tudo. Inclusive, eu já pedi para o vereador Auro (Lima da Silva, que fez as primeiras denúncias), já falei isso na tribuna, para que ele me processasse por causa deste caso. Mas até hoje não fui processado..

(19) Lasier – *Eu vou lhe dizer na sua frente: eu acho que o senhor teria que ser cassado.*

Entretanto, tem-se em (18) duas suposições contraditórias, que levam ao efeito contextual denominado, por Sperber e Wilson (1995), de contradição: (a) quem fez a denúncia do uso abusivo de diárias poderia ter processado o vereador; (b) quem fez a denúncia não abriu processo contra o vereador. A partir de (b), eliminando-se (a), por ser a suposição mais fraca, neste caso, é possível concluir: se o vereador não foi processado, então não havia provas para dar credibilidade à denúncia.

Assim, ao ouvir (19), o vereador, baseado na força da suposição construída em (18), desafia o comunicador, em (20), a dar um argumento mais forte, o que se repete no diálogo em (22) e (23), com o vereador fazendo as perguntas, e se prolonga até (26).

A entrevista radiofônica:...

- (20) Vereador – Cassado por quê?
- (21) Lasier – Por que é um absurdo tirar diária neste valor.
- (22) Vereador – Mas por quê?... nós estamos aqui cumprindo um decreto legislativo...
- (23) Lasier – ... mas o senhor tem que modificar este decreto, doutor!
- (24) Vereador – ... mas eu reduzi, eu reduzi de 45 para 30 nas internacionais...
- (25) Lasier – ... e acha que tá bom?
- (26) Vereador – Mas eu fiz a minha parte, os outros que façam a dele.

Os diálogos em (27-28, 29-30, 31-32) se caracterizam pela disputa da primeira palavra, pela dianteira na condução do diálogo. Enquanto o vereador busca se defender, o apresentador, em (30), estende a *sentença* de cassação para toda a Câmara de Vereadores de Triunfo, afirmando que deveria *ser fechada*. Mais uma vez, este se exalta e tenta reconquistar o controle do discurso, emitindo outro juízo de valor. O vereador continua a enfrentar o entrevistador, usando um argumento, em (31), que apresenta maior solidez, através da força da suposição de que é o povo, e não o entrevistador, quem vai decidir se ele deve ser cassado. Sem alternativa, o comunicador se utiliza novamente da ironia em (32).

- (27) Vereador – Mas Lasier, olha aqui, o vereador Auro só vai a Triunfo no dia da sessão para receber jeton. Mora em Porto Alegre...
- (28) Lasier – ... pelo jeito...
- (29) Vereador – E o senhor diz que eu é que tenho que ser cassado?
- (30) Lasier – *Não, eu acho que todos tem que ser cassados... Eu acho que a Câmara de Vereadores de Triunfo tem que ser fechada.*
- (31) Vereador – A Câmara de Vereadores de Triunfo tem que ser fechada pelo povo. O povo é que sabe e nós vamos ser julgados o ano que vem pelas eleições.
- (32) Lasier – Isto, isto. Perfeito...

Surge, então, um novo entrevistador, o jornalista Rogério Mendelski, que entra no estúdio e também começa a fazer perguntas. A primeira delas, em (33), sai truncada. O vereador, sempre mantendo a calma, responde duas vezes a mesma pergunta, em (34) e (36), e gera um riso geral com a última resposta:

- (33) Mendelski – Quando o senhor se desloca de um município para o outro, o senhor ta ganhando diária pra ter vindo aqui, não.

(34) Vereador – Hoje não.

(35) Mendelski – Mas geralmente ganha, né?

(36) Vereador – Hoje não, porque vim aqui só e exclusivamente a serviço da Rádio Gaúcha.

Mendelski volta a questioná-lo, em (37), e, diante da resposta, enaltecendo o papel do vereador para o povo, faz uma ironia em (39), fugindo, de certa forma, ao eixo principal da entrevista:

(37) Mendelski – Opa... (*risos*) Só deixa eu perguntar outra coisa para o vereador: o senhor acha que o exercício do mandato é dar remédio, fazer varejo ou seria muito melhor legislar para que não houvesse pobre e...

(38) Vereador – Ô Mendelski, claro que esse não é o trabalho do vereador, mas se o vereador não fizer isso, o deputado não faz. Por que o povo não sabe onde mora o deputado. O povo não vai vim a Porto Alegre na Assembléia atrás do deputado. Ele vai na casa do vereador porque lá ele sabe que encontra esse vereador, pelo menos 24 horas por dia.

(39) Mendelski – Nem sempre, nem sempre, pois neste ano *o senhor viajou muito, hein?*

Em (40), percebe-se uma contradição na resposta do vereador à insinuação de ter viajado muito: em (38) ele afirma que o povo o procura para resolver problemas, porque sabe que pode encontrá-lo em casa, 24 horas por dia; em (40), diz que mesmo estando fora (em viagem), ou seja, quando o povo não tinha acesso a ele, também era vereador 24 horas:

(40) Vereador – Não, mas quando eu estava fora eu também era vereador 24 horas.

O entrevistador principal, Lasier Martins, intervém e volta exatamente ao ponto em que Mendelski começou a perguntar, isto é, no diálogo 31-32. Ao invés de questionar, o comunicador permanece na linha de emitir opiniões, em (41), e recebe a resposta em (42), desta vez com argumento irônico do vereador, que de novo provoca risos nos convidados que estão no estúdio:

A entrevista radiofônica:...

(41) Lasier – Eu estou muito mais preocupado com o pronunciamento do povo nas eleições de outubro do ano que vem; porque se eles estão satisfeitos com isso...

(42) Vereador – Mas Lasier, por que tu está preocupado? Quem tem que estar preocupado sou eu, tu não é candidato. (*risos*)

Percebendo que o vereador não demonstra nervosismo, o apresentador apela, em (43), para a função social exercida pelo jornalista, que justificaria as suas opiniões fortes durante a entrevista. O vereador entra na conversa, que passa a ser mais calma, e começa a fazer proselitismo em (44).

(43) Lasier – ... eu não preciso ser candidato para me preocupar. *Eu exerço uma função social.*

(44) Vereador – Eu também tô preocupado, Lasier. Tanto é verdade, que eu estou todo o dia *nas vila*, trabalhando, procurando arrumar, consertar a luz, o esgoto, o remédio, a...

É a oportunidade que o apresentador esperava para retornar a posição de comando da entrevista. A partir do diálogo em (45-46), o âncora aproveita-se da guarda mais baixa do vereador, que não oferece tanta resistência, e usa uma frase irônica em (47). Recebe então um questionamento mais forte do entrevistado, em (48), quanto ao excessivo número de viagens, do qual este discorda:

(45) Lasier – ... mas dá tempo com *tanta* viagem?

(46) Vereador – Oh! Quando eu não estou viajando... *Mas que tanta viagem, Lasier?*

(47) Lasier – O senhor é o rei da viagem, meu Deus...

(48) Vereador – Mas olha ai quantos dias eu viajei?

Porém, não é Lasier quem responde, mas sim Mendelski, em (49), que é ríspido e irônico ao mesmo tempo. O vereador tenta responder, em (50), mas é interrompido por outra ironia de Lasier, em (51), que observa uma incorreção na concordância do entrevistado em relação à resposta em (44), quando este disse “*nas vila*”. O vereador não se atemoriza e nem se sente ofendido, fazendo a concordância adequada na resposta em (52). O comunicador permanece provocando de forma irônica, em (53), e o vereador continua falando tranqüilamente. É o que se sucede nos diálogos em (53-54), (55-56), (57-58):

- (49) Mendelski – Mas está aqui, oh! O senhor fez 28 viagens.
(50) Vereador – Quando eu não estou viajando, eu estou no município...
(51) Lasier – ... *nas vila*...
(52) Vereador – ... estou no município, na vila. Lasier, eu moro na vila.
(53) Lasier – ... ou está em Salvador, ou no Chile, ou no Paraguai, ou...
(54) Vereador – Lasier, eu não fui no Chile porque eu não tive oportunidade.
(55) Lasier – Se desse, ia?
(56) Vereador – Senão eu teria ido.
(57) Lasier – O senhor foi preterido na votação...
(58) Vereador – ... não, é... tranqüilamente, senão teria ido, sim.

O apresentador insiste na estratégia de ridicularizar o entrevistado, utilizando-se da ironia em (59-61-63), enquanto o vereador tenta articular a frase final em (60-62-64-66). Ao tentar exercer o poder da última palavra, o comunicador termina cometendo uma gafe: encerra o programa, em (65), quando deveria chamar os comerciais. Nem assim, consegue falar por último.

- (59) Lasier – O senhor perdeu essa, hein?... uma diária de 900 reais...
(60) Vereador – ... Lasier, pois é, perdi. Mas eu tô sendo franco porque o povo tá cheio de demagogo...
(61) Lasier – ... ah, é... grande, maravilhoso, perfeito (palmas)
(62) Vereador – ... cheio de demagogo, que vem aqui no teu programa, Lasier, e não diz a verdade. Nós dois estamos aqui para confirmar aquilo que fizemos de certo ou de errado e assumir. Certo?
(63) Lasier – Apoiado. O povo tá cheio de demagogo.
(64) Vereador – ... cheio de demagogo.
(65) Lasier – Voltamos amanhã.
(66) Vereador – ... o povo me conhece e sabe muito bem.

Ao retornar do intervalo, o apresentador pede desculpas aos ouvintes pelo encerramento antecipado e afirma que a entrevista o deixara enojado e nervoso, tornando implícito que continuava acusando o vereador de usar o dinheiro do povo para viajar. Neste momento, o vereador já não estava mais no estúdio.

4 ENTREVISTADO – COMUNICADOR E RELEVÂNCIA

O presente estudo procurou demonstrar a aplicação de um modelo ostensivo-inferencial de comunicação, a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson, para explicar a compreensão de enunciados durante o ato comunicativo, que pode, segundo os autores, ser bem ou mal-sucedido.

Na entrevista analisada, destacam-se dois níveis distintos de possibilidade de diálogo: o primeiro, do apresentador com os entrevistados, e o segundo, com o público (audiência) e com a mídia em geral.

A comunicação, no primeiro nível, basicamente, não é atingida. No exemplo apresentado, nota-se a imposição, a ostensão que o emissor (falante, comunicador) deseja evidenciar desde o início da entrevista, sobrepondo a sua autoridade de entrevistador de um programa de rádio frente ao entrevistado. Sem procurar estabelecer a hegemonia do processo comunicativo, isto é, sem buscar tornar os fatos mutuamente manifestos, primeiro ele ironiza o convidado para, logo depois, sentenciá-lo e condená-lo, por antecipação: estabelece-se a substituição da esfera pública pela privada, como refere Fausto Neto (1994, p. 12-13), ao que o apresentador denomina de “função social do jornalista”. Várias lacunas não são suficientemente esclarecidas, como a relação custo-benefício, para o município, das viagens dos vereadores, isto é, se o gasto foi maior do que deveria e se houve alguma vantagem para o município.

Os diálogos também apresentam falhas e vaguidades, observadas ao longo da entrevista, e foi possível perceber um desejo de não comunicação, com a fuga das questões principais do eixo que visava a informar e esclarecer o assunto. Esses fenômenos são explicados por Sperber e Wilson, pois trata-se, na verdade, de falhas e vaguidades intencionais: do comunicador, cujo propósito maior era chamar a atenção dos ouvintes do rádio e levar a eles a informação sobre a conduta inadequada do político representante do povo de Triunfo; dos entrevistados, especialmente do vereador, o objetivo era criar a imagem de ser acusado injustamente de gastar dinheiro do município de forma indevida, através das diárias retiradas para viagens.

Em outras palavras, de acordo com a teoria da relevância, o ato comunicativo entre entrevistador e entrevistado não foi bem-sucedido, dada a ausência de intencionalidade dos participantes em garantir uma comunicação

genuína e dar continuidade a ela, já que seus interesses eram distintos e conflitantes: um preocupado em acusar e o outro em se defender ou se livrar da acusação. Reforça-se, então, o pressuposto teórico dos autores de que sem alteração de crenças ou suposições não há comunicação.

Em vista disso, é no segundo nível que está a principal intenção da entrevista. O apresentador deixa transparecer, desde o primeiro momento, que não deseja se comunicar com o vereador. E vice-versa. O desejo é estabelecer uma ligação forte com a audiência cativa do programa, com o público em geral e também com as outras mídias. Assim, o propósito comunicativo da entrevista é o de provocar efeitos cognitivo-contextuais no público ouvinte.

E quais os efeitos alcançados? Enquanto 20 ouvintes ligaram para a produção do programa, elogiando o comportamento dos entrevistadores (Lasier e Mendelski), uma pesquisa informal realizada com radialistas e jornalistas que acompanharam a entrevista detectou forte crítica ao comportamento dos apresentadores por agredirem e até sentenciarem o vereador.

Na mídia em geral, também registraram-se os efeitos da entrevista radiofônica. O jornal Zero Hora, que até então publicara quatro reportagens sobre o assunto, nos 18 dias seguintes à entrevista (de 29 de setembro a 16 de outubro), publicou 12 artigos abordando o tema [anexo 1]. O assunto atingiu o ápice na mídia eletrônica quando, em 30 de setembro, o Jornal Nacional levou ao ar a matéria sobre as viagens dos vereadores da Câmara de Triunfo.

Por outro lado, no dia 9 de outubro, houve sessão na Câmara do município, com a lotação completa das galerias pela sua população. Pressionados, os vereadores reduziram o valor das diárias, limitaram as viagens, devolveram parte do valor recebido, e, além disso, um inquérito civil foi aberto pelo Ministério Público de Triunfo para investigar a denúncia em questão.

O desenrolar dos fatos mostrou que o maior esforço de processamento para a compreensão do assunto abordado na referida entrevista aumentou significativamente a sua relevância frente ao público e à própria mídia. Ou seja, foi um ato de comunicação relevante, com maior esforço de processamento sendo compensado pelos efeitos alcançados. E as alterações de crenças provocadas na audiência do programa, que culminaram com as ações e mudanças na Câmara de Vereadores de Triunfo, evidenciam a entrevista como um ato de comunicação bem sucedido.

Nesse sentido, ressalta-se que é o apresentador, com sua credibilidade e autoridade, quem sensibiliza a audiência, pois, conforme Silveira (2002, p. 380), o “comunicador sugere que o estímulo é relevante o suficiente para ser processado”. Neste caso, o discurso do sujeito passou a ser o estímulo ostensivo, insuflador, sentenciador de outros discursos, pois, até aquele momento, o assunto, embora divulgado pela mídia impressa, não alcançara grande repercussão. Assim, a alteração das crenças dos indivíduos em geral, a partir das novas suposições construídas durante a entrevista e referidas na mídia, determinou a criação de implicações contextuais mais fortes na mente do público, promovendo uma reação geral dos moradores de Triunfo, da mídia local, regional e nacional.

Vários exemplos, como o apresentado, exigem novos estudos sob a ótica da teoria da relevância, para melhor explicá-los. As possibilidades de análise da entrevista radiofônica, a partir do modelo ostensivo-inferencial de Sperber e Wilson, por óbvio, não se esgotam nesse artigo.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **Fragmentos do discurso amoroso**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FAUSTO NETO, Antônio. A sentença dos media – o discurso antecipatório do impeachment de Collor. **Revista Textos**, n. 30, Salvador: Mestrado em Comunicação – UFBA, 1994.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências de análise do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp; Pontes, 1987.
- SAMPAIO, Walter. **Jornalismo audiovisual: teoria do jornalismo no rádio, TV e Cinema**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- SILVEIRA, Jane Rita Caetano. Teoria da relevância: uma resposta à comunicação inferencial humana. In: _____; IBAÑOS, Ana Maria Tramunt (Orgs.). **Na interface Semântica/Pragmática: programa de pesquisa em lógica e linguagem natural**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- _____; FELTES, Heloísa Pedrosa de Moraes. **Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevance: communication & cognition**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1986.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

ANEXO 1: REPORTAGENS DO JORNAL ZERO HORA SOBRE O FATO TRATADO NA ENTREVISTA

- TURISMO em Triunfo. **Zero Hora**, 26 set. 1995, p. 10,
CAIXEIROS viajantes de Triunfo. **Zero Hora**, 27 set. 1995, p. 10.
CHARTER leva vereadores a Iquique. **Zero Hora**, 28 set. 1995, p. 10.
VIAGENS de vereadores causam revolta na população. **Zero Hora**, 29 set. 1995, p. 16.
INTERVENÇÃO na Câmara de Triunfo. **Zero Hora**, 29 set. 1995, p. 10.
MORADORES fazem protesto contra diárias. **Zero Hora**, 3 out. 1995, p. 8.
DEUSINHO em Miami. Sem medo da solidão. **Zero Hora**, 4 out. 1995, p. 10.
POPULAÇÃO pede renúncia de vereadores. **Zero Hora**, 4 out. 1995, p. 16.
DESCANSO do guerreiro. **Zero Hora**, 5 out. 1995, p. 10.
EMPREGUISMO e política oficial. **Zero Hora**, 8 out. 1995, p. 13.
ESCÂNDALOS viram rotina em Triunfo. **Zero Hora**, 8 out. 1995, p. 12.
IQUIQUE eterna. Miami divina. **Zero Hora**, 8 out. 1995, p. 10.
SESSÃO da Câmara termina em agressão. **Zero Hora**, 10 out. 1995, p. 16.
PÓLO motiva disputas. **Zero Hora**, 16 out. 1995, p. 10.
PRESIDENTE da Câmara tenta ignorar denúncias. **Zero Hora**, 28 set. 1995, p. 18.

Recebido em 08/09/04. Aprovado em 15/1/04.

Title: Radio interviews: An analysis through the Relevance theory

Author: Luciano Klöckner

Abstract: The central aim of this article is to describe radio interview techniques from the perspective of the radio interviewer's discourse, and their effects from the perspective of the Relevance theory (SPERBER and WILSON, 1995; SILVEIRA e FELTES, 2002). The theoretical framework was applied to a

A entrevista radiofônica:...

radio interview, revealing the constitutive elements of the theory, based on an ostensive-inferential model of communication.

Keywords: relevance theory; radio discourse; interview.

Titre: L'interview radiophonique: une analyse à travers la théorie de la pertinence

Auteur: Luciano Klöckner

Résumé: L'idée centrale de cette étude est celle de décrire la technique de l'interview radiophonique, sous l'optique du discours de l'interviewer de radio, et de ses effets à partir de la théorie de la pertinence (SPERBER and WILSON, 1995; SILVEIRA e FELTES, 2002). L'application du référentiel théorique a eu lieu à l'occasion d'une interview radiophonique, et ainsi sont arrivés, petit à petit, les éléments constitutifs de la théorie, fondée dans le modèle de communication ostensible-inférentiel.

Mots-clés: théorie de la pertinence; discours radiophonique; interview.

Título: La entrevista radiofónica: un análisis a través de la teoría de la relevancia

Autor: Luciano Klöckner

Resumen: La idea central del presente estudio es describir la técnica de la entrevista radiofónica, bajo la óptica del discurso del entrevistador de radio, y sus efectos a partir de la Teoría de la Relevancia (SPERBER y WILSON, 1995; SILVEIRA y FELTES, 2002). La aplicación del referencial teórico ocurrió en una entrevista radiofónica, manifestándose, de forma gradual, los elementos constitutivos de la teoría, fundamentada en el modelo de comunicación ostensivo-inferencial.

Palabras-clave: teoría de la relevancia; discurso radiofónico; entrevista.